

ROTEIRO: Pensando sobre mulheres negras no Brasil.

Por Livia de Souza Vidal¹

RESUMO

O presente relato é a busca de compartilhar um retrato da aula *Gênero e Raça*, ministrada no primeiro curso Estudos Afro-Brasileiros e a Socioeducação realizado em outubro de 2015 pelo NEAB-ND e pela ESGSE, no Novo DEGASE. E, através desse, colocar leitores em contato com a experiência de ser mulher negra no Brasil a partir de múltiplos olhares e, como naquela ocasião, contribuir para revelar os nossos e permitir enxergar para além deles. Lá fomos guiados: pelo olhar de Maria Firmino dos Reis, visitando trechos de seu conto “A escrava”; pela imaginação, descrição e identificação de três mulheres a partir de suas imagens (Yasmin Thainá, Cláudia Miranda e Carolina Maria de Jesus); por números e gráficos, analisando extratos divulgados pelo Censo do IBGE; pelos *Jardins de Nossas Mães* leitura proposta, de Alice Walker; pela exibição de uma produção cinematográfica contemporânea, *Elekô*. Que essa escrita nos proporcione o deleite de reconstruir olhares!

PALAVRAS-CHAVE: Mulher Negra. Gênero. Raça. Identidades.

O primeiro curso realizado pelo NEAB-ND, em outubro de 2015, ofertou a um grupo de 30 servidores um percurso reflexivo, profundo e diferenciado sobre negros, possibilitando o “re-conhecimento” crítico de nossas histórias e nossas bases e práticas, ainda racistas, pulsantes em nossas ações cotidianas. E, nesse contexto, a temática gênero foi apresentada de modo a se pensar a tensão identidade e diferença, em gênero e raça. Como foco da discussão, privilegamos a experiência de mulheres negras.

Sabemos que gênero é uma categoria ampla que permite pensar as identidades, as nossas identidades afetivo-sexuais e, sobretudo, as maneiras pelas quais nos apresentamos e somos representados no mundo. E, nos limites das linhas que se seguem, será privilegiado, como recorte, o universo de mulheres negras. Essa escolha se justifica pela antiguidade e sensibilidade do tema, mulheres negras estão entre as pessoas mais vulneráveis na escala das desigualdades étnico-raciais. Além de ser este o campo de interesse e investigações de quem vos fala.

Sendo assim, nos interessou mapear as marcas presentes no olhar dirigido às mulheres negras e provocar uma experiência de deslocamento, oferecendo elementos

¹ Integrante do Coletivo Mulheres de Pedra, Mestre em Desenvolvimento pela ULG e UCL/ Bélgica, Pedagoga lotada na Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire (ESGSE) no Novo DEGASE e Mestranda em Educação pela UFF. E-mail: liviasouvida@gmail.com.

diferenciados e agregando valor positivo aos corpos, às pessoas e às mulheres negras, olhadas, vistas, identificadas e qualificadas. Uma provocação que objetiva proporcionar a construção de relações de gênero e raça equitáveis e justas no que tange à experiência socioeconômica de mulheres negras no Brasil. E para tanto percorreremos os seguintes desafios: reconhecer a identificação de nossos preconceitos, impulsionar o afrontamento de nosso racismo e fomentar a transposição das barreiras de nossos pré-julgamentos.

Pensaremos raça como uma categoria social e historicamente construída (que tem subsidiado ações e relações racializadas no mundo), seguindo a categorização do IBGE que considera negro um grupo que inclui pessoas autodeclaradas pretas ou pardas.

DESCOBRINDO HISTÓRIAS

- Maldita negra! (...) Douda... Douda fingida, caro te há de custar (...)
- Procuo minha mãe, que correu nesta direção, fugindo ao cruel feitor, que a perseguia (...). Estava no serviço, coitada! Minha mãe caiu, desfalecida; o feitor lhe impôs que trabalhasse, dando-lhe açoites; ela deitou a correr gritando. (...)É douda, minha senhora; fala de meus irmãos Carlos e Urbano, crianças de oito anos, que meu senhor vendeu para o Rio de Janeiro. (REIS, 2010)

As frases acima ilustram nossa conversa e a leitura desse texto foi proposta na aula como pano de fundo, uma leitura em pedaços que nos transpõe ao universo sabido e desconhecido da vivência de pessoas escravizadas. Para adensar nossa conversa, vale ressaltar que nos referimos ao conto *A escrava*, escrito por uma mulher, negra, maranhense. Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira, autora de romance abolicionista publicado em 1859.

O conto de Maria Firmina traz alguns adjetivos atribuídos à Joana, protagonista da trama: maldita, douda, fingida e coitada. Utilizados para identificar aquela mulher preta, escravizada, mãe. Esse universo, retratado em um conto que data de 1887, nos coloca em face de uma experiência feminina que perfaz a memória ancestral de muitas brasileiras, dores que ainda não foram cuidadas, memórias abafadas. Poderíamos ir mais distante e rememorar o sequestro do qual foram vítimas mais de 10 milhões² de pessoas na África, a agressão de serem retiradas de suas famílias, separadas de suas histórias e terem essas histórias invisibilizadas, desprezadas, reduzidas e desprestigiadas. Essa é uma experiência comum a homens e mulheres pretos que vivenciaram o tráfico de escravos. E apontar na experiência do cotidiano escravagista como mulheres negras foram utilizadas ao bel prazer de muitos homens para saciar seus desejos sexuais entre outras formas de subjugação, anulação de autonomia e destruição de identidade.

Em suma, ser mulher e/ ou mãe preta no Brasil durante o período escravocrata remete a uma experiência de dor. É possível que tenha havido exceções, experiências diversas, menos dolorosas, mas o fato é que uma condição não humana pautava as relações escravagistas, seres humanos escravizados eram reduzidos a coisa não humana, objeto, propriedade pertencente a alguém. Essa relação a priori não é

² <http://slavevoyages.org/> (data 10/04/2016)

de respeito ou cuidado. E se pensarmos que a colonização era pautada por uma estrutura patriarcal, na qual as mulheres em geral tinham menos valor, sobretudo nas decisões religiosas, políticas e econômicas que regiam as relações sociais, as mulheres pretas, nessa experiência, eram ainda mais prejudicadas.

Como podemos acompanhar na leitura do Professor Amauri Mendes, a ideologia de branquitude, o ideal branco e eugênico, consolidou boa parte de nossas tomadas de decisão política nas primeiras décadas da república. Ideologia que reatualiza o desprestígio social das pessoas negras e mestiças no Brasil e gera um processo de autonegação, com políticas públicas construídas para esse fim.

Como nos aponta a historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, em seu livro *O espetáculo das raças*, o discurso eurocêntrico, pautado em padrões aristocráticos franceses, foi assumido por muitos pensadores brasileiros. Esse pensamento contribuiu para a construção de uma identidade nacional que desaprovava o povo tal e qual era composto, a terra e as práticas culturais que aqui se forjavam no início do século XX. Ser homem e branco parecia ser a solução dos problemas desta nação, segundo o padrão eugênico apregoado. E padrões definidos por franceses, estudiosos do comportamento, determinaram muitas de nossas políticas. Respalhada nesse pensamento, nossa elite local, que ditava as políticas nacionais tinha “projetos eugênicos que pretendia eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza” (SCHWARCZ, p. 44-46), condições atribuídas à população preta e mestiça. Ou seja, uma corrida para se livrar da característica mestiça e da pele preta que segundo esse pensamento atestavam degeneração, atraso, selvageria e inviabilidade da nação.

ENUMERANDO DESAFIOS

Falamos acima que essa experiência histórica ainda pulsa em nossa memória ancestral, mas, sobretudo, ela estrutura a nossa configuração socioeconômica contemporânea. Vamos tomar por base os dados do Censo de 2010, sistematizados no Mapa de Gênero do IBGE, publicado em 2014, para avaliar a situação da mulher brasileira na atualidade.

Adentrando esse mundo quantitativo, podemos verificar de cara que mulheres são mais numerosas no Brasil, possuem mais anos de estudo, e mesmo assim continuam ganhando salários menores e, em raras exceções, ocupam cargos de chefia e são respeitadas nesse lugar. A população brasileira é composta aproximadamente por 97 milhões de mulheres e 93 milhões de homens (IBGE, p. 55). Se pensarmos na composição dos espaços políticos, identificaremos rapidamente que as mulheres não ocupam um número de cadeiras que contemple nossa representatividade na tomada de decisões. Os homens ainda estão construindo a política em nosso nome, escolhendo ou ignorando o que é melhor para nós. O mesmo se evidencia entre os reitores de universidades brasileiras, juízes, defensores públicos, etc.

Em outra esfera, identificamos que ainda carregamos sozinhas, na maioria dos casos, a responsabilidade pelo cuidado com os filhos e com a casa, exercendo,

em paralelo, outras funções em nossas jornadas. As mulheres são chefes de 87% das famílias monoparentais com filho. Conhecemos inúmeros casos de mães solteiras que cuidam da casa, da criança e ainda trabalham. E essa situação se agrava quanto à renda, já que as mulheres com menor renda comprometem grande parte seu dinheiro com a manutenção de suas famílias, o que demonstra uma maior vulnerabilidade, visto que o pouco que ganham não investem em si próprias, comprometendo em média 45% de desta com a casa.

A situação se agrava, se torna mais sensível e complexa, quando tomamos o *Dossiê Mulheres Negras*, organizado pelo IPEA em 2013: mulheres negras são as que recebem os menores salários. E podemos acompanhar uma diferença brutal no acesso a renda. Enquanto elas recebiam, em média, 544 reais por mês, as mulheres brancas, 957 reais, com base em dados de 2009. Nessa comparação, homens brancos ocupam o melhor lugar, seguidos dos homens negros. E as mulheres negras são as que menos realizam o sonho da carteira assinada.

Em relação aos níveis de escolaridade, a situação se configura de outra maneira. Mulheres possuem mais anos de escolaridade em relação aos homens, sendo que pessoas brancas estudam mais que as pessoas negras. Aqui a desigualdade racial é preponderante. Podemos acompanhar uma evolução significativa nos dados que atestam um aumento global dos anos de escolaridade da população brasileira, entre 1995 e 2009, mas a desigualdade se mantém, pois a população negra goza de índices mais baixos de escolaridade.

A pesquisadora Jacqueline Aparecida Ferreira Romio, autora de artigo no citado texto organizado pelo IPEA, denuncia o incipiente campo de investigação no Brasil acerca da situação específica das mulheres negras e suas vulnerabilidades. Aborda o tema vitimização e aponta a sensibilidade, visto que mulheres negras, na experiência de vítimas, precisam ainda se reconhecer como tal e se identificarem como possuidoras de direitos. Tendo experimentado historicamente a não existência dos mesmos.

Podemos concluir esse diálogo com os dados, tomando informações sobre a violência contra mulheres, construindo uma ponte com a história de Joana, *A Escrava*. Vale dizer que aqui estamos destacando a situação da violência física, visto que todos os dados demonstram expressões diversas de violência às quais as mulheres negras estão expostas. Olhemos o Mapa da Violência de 2015 que aponta o aumento do número de homicídios de mulheres negras, ao passo que, no caso de mulheres brancas, há diminuição. Essa violência se realiza de forma significativa dentro do domicílio e é perpetrada em grande parte por arma ‘branca’.

Maria Firmina nos lança a experiência da escrava mãe que sofre pela dor da perda de seus filhos, de desconhecer seu destino, pelo cotidiano de submissão e subserviência, por ser alguém que sonha e crê em algo melhor e foge, sempre foge na negação da condição que lhe é imposta, de objeto, coisa, pertencente a outrem. Nessa experiência, ela é tratada como aquela que finge, corre, aquela que foge, que precisa ser perseguida, desfalece, grita, fica falando do passado, e tudo isso é trazido com uma carga negativa, depreciativa bem forte.

Essa é uma experiência singular de ser mãe, mulher, negra, perder um filho, desconhecer seu destino, ter sua história apagada, perder o direito de chorar e gritar sua dor. Outro tempo, outro lugar, outra dor. Ou seria a mesma? Será a mesma dor imposta a mulheres, mães de crianças negras que veem seus filhos assassinados cotidianamente em nome da segurança pública? Joana, na expressão de suas legítimas dores e sofrimentos, é desqualificada por ser mulher, por ser preta, por ser escrava, por ser mãe, por sofrer, sentir dor, preocupar-se. E suas dores ignoradas falam dessa experiência silenciada, abafada, dessa sua vida roubada. Será que ouvimos nossas dores, cuidamos delas? Para além de nossas experiências pessoais, nosso Departamento nos confronta cotidianamente com a reatualização dessa experiência. Como lidamos? Como percebemos essas pessoas? São pessoas? Cuidamos delas como pessoas?

CONSTRUINDO IDENTIDADES

Para adentrar os Jardins de Nossas Mães, trazendo a escrita de Alice Walker, passemos a outro momento, em que é tempo de saudar e rememorar outras histórias, aquelas que fortalecem e constroem. Walker, em seu texto, rememora experiências de diversas artistas, mulheres, negras, anônimas, nos EUA, muitas que nem se sabiam artistas. E nos diz que criar, exprimir, sonhar, construir um mundo menos penoso que aquele real, imposto, parece ter sido a ladainha entoada por muitas mulheres negras; fala das “primaveras de criatividade que existiam nelas”. Aproxima a experiência criativa, artística, da experiência espiritual. Carregamos em nós uma potência que não se deixa dominar. E experimentar essa potência, dar voz e via a ela parece a saída para garantia de nossa humanidade, para que as dores da realidade não se imponham a nossa singularidade.

Jardins, cantos, colchas de retalho, poesias, nos colocam em sintonia com aquilo que nos transporta a outro lugar, a outro tempo, os quais temos dificuldade de objetivar, mas experimentamos em alguma de nossas ações. Essa é a proposta da escrita de Alice Walker.

Será que conhecemos os caminhos das verdades de nossos corpos e de nossas almas? Eduardo Viveiros de Castro fala de perspectivismos indígenas, apontando a existência de outras formas de ler o mundo. Faz um contraponto ao pensamento ocidental, patriarcal, centrado em uma perspectiva europeia que configurou a construção de nossa identidade enquanto Brasil. E dessa proposta abre caminhos para se pensar a existência de outras perspectivas, outras leituras, compreensões de mundo. Em seu trabalho, analisa como vivem os ameríndios, como se comportam, como se relacionam com a vida, com a morte, com os animais, com seus corpos. O antropólogo se contrapõe à perspectiva eurocentrada que pauta seu encontro com o outro, com o diferente na classificação, comparação e hierarquização de culturas, partindo do pressuposto de que existe uma que é a certa, a melhor, no caso a europeia. Precisamos com urgência dar as mãos à proposta de Castro e mapear nossas perspectivas, mapear a verdade inscrita em nossos corpos e cessar com o processo de autoaniquilação do qual somos vítimas: brasileiros, mulheres, negros.

Aceitar a nós mesmos e aceitar o outro entendendo sua diferença, respeitando sua verdade, é um exercício que pode ajudar na conexão com nossa poesia interna e na proteção das vidas. Pesquisadoras estão construindo essa proposta, perspectivas femininas, perspectivas femininas negras, maneiras de estar no mundo em harmonia com as verdades de sua experiência, de sua condição, que respeitem e valorizem mais a pessoa que somos.

Naquela aula, havia citado Tomaz Tadeu da Silva e suas reflexões acerca da relação entre linguagem e identidade e diferença. Silva está pensando educação e, a partir do pensamento pós-estruturalista, propõe uma discussão sobre diversidade, ressaltando a importância de lidarmos com a tensão diferença-identidade. Tensão que está presente em nossas relações na maneira como nomeamos, identificamos, qualificamos e hierarquizamos a linguagem, o signo que permite essa nomeação se dá em meio a relações de poder. Dizer que Joana é douda, fingida, fujona, maldita negra, é supostamente descrever uma pessoa e uma situação e ao mesmo tempo reforçá-la, construí-la e ratificar um olhar dirigido à mulher negra que pode muitas vezes passar por esse caminho da loucura “nêga maluca”, poderia ter sido o olhar sexualizado da “mulata”, ou o da “quizumbeira”. Enfim, identidades fixas que atribuímos despercebidamente a pessoas e que carregam um peso que não as permite simplesmente serem em suas diferenças, terem o direito de serem elas mesmas. Podemos fazer isso conosco também.

Tomemos as contribuições de Silva e passemos à declaração de Neusa Santos Souza, em seu livro *Tornar-se Negro*. Souza analisa, a partir da psicanálise, relatos de vida de pessoas negras e vai mapeando suas dores, sofrimentos e dificuldades para afirmar uma identidade negra. A estudiosa nos revela que pessoas negras têm sua identidade negada na arena das relações sociais e nessa situação são confrontadas ao ideal de ego branco, como único parâmetro de humanidade possível. Essa experiência, fruto de uma construção histórica, ainda se inscreve na hierarquização racista. Pessoas negras são desqualificadas continuamente, suas vidas podem ser retiradas e isso não nos choca, podem ser xingadas, maltratadas, e isso não nos causa assombro. E se fizermos uma autoanamnese é possível que identifiquemos em nós um olhar inferiorizante, exigente demais, interpretamos seu estereótipo. Fato que nos últimos anos vem se transformando com a temática racismo, cada dia mais presente em nossas discussões e reflexões.

Souza nos chama atenção para a necessidade de se valorizar ideais negros para que a diferença racial deixe de ser um sofrimento. Que alcemos outros ideais de ego, outras perspectivas de mundo, deixando a diferença existir, se exprimir.

HISTÓRIAS NOSSAS

Retomemos nossa Maria Firmina dos Reis, escritora, negra, livre, mulher, nascida em 1925, maranhense. A autora realizou a experiência da expressão criativa apontada por Walker e, em sua singularidade, com conhecimento de seu tempo, esteve comprometida com o abolição da escravidão e com a educação de crianças. Foi professora de séries iniciais. Aposentou-se e continuou ensinando para turmas mistas, sem o uso de castigos, contrapondo-se ao estabelecido na época. Engajada com a proposta de educar a todas e todos. Bonita história de vida! Será que algum de vocês a conhecia? Se não, por que será que ela não nos foi apresentada?

Agora puxemos na memória o último filme visto, o último livro, o personagem mais interessante da última novela assistida, o melhor professor, o político mais admirado, o melhor poeta, para os quem gostam de poesia, a pintura ou fotografia que mais tocou... Eram homens ou mulheres? Eram negros? Se eram mulheres, eram mulheres negras?

Visitemos brevemente a história de mais duas importantes desconhecidas. Podemos falar de Luiza Mahin, nome dado ao Colégio Estadual que funciona na unidade socioeducativa PAC-GC. Luiza Mahin foi uma africana, guerreira, que se tornou livre em 1812, vindo a ser uma importante líder na Revolta dos Malês, em 1935, na Bahia, e mantendo-se engajada na luta contra a escravidão durante toda a sua vida.

Leiamos Carolina Maria de Jesus³, escritora, negra, nascida em Minas Gerais, que publicou obras consagradas da literatura brasileira nos anos 60, em São Paulo. Com relatos de vida emocionantes, nos fala de sua realidade de mulher negra, favelada. Encontrava em seus diários o espaço de liberdade e sanidade. O seu livro *Quarto de despejo* foi traduzido em diversas línguas.

Para concluir o exercício, proponho que guardemos nosso olhar atento. E, sobretudo, aceitemos que estamos mais do que capacitadas a escrever nossas histórias. Construir nosso fio criativo. Nossa experiência conectiva com a beleza e com a liberdade. Que possamos retirá-la da escuridão e do esquecimento. Isso pode ser um ato belíssimo. Um ato generoso.

Duvidar de nossos pré-conceitos, nossos julgamentos antecipados, contextualizá-los histórica, social e politicamente, renovar nossos sentimentos. Sobretudo, nas experiências cotidianas do trabalho socioeducativo. Encontrar soluções para contribuir de algum modo com a transformação das relações raciais que ainda permitem a morte de tantos jovens negros, o encarceramento dos mesmos e a reprodução de desigualdades.

Precisamos proteger as Joanas e seus filhos! Com a ousadia de sermos Luízas, Marias, Carolinas.

A noite não adormecerá/ jamais nos olhos das fêmeas/ pois do nosso sangue-mulher/ de nosso líquido lembradiço/ em cada gota que jorra/ um fio invisível e tônico/ pacientemente cose a rede/ de nossa milenar resistência. (Conceição Evaristo).

³ Site visitado: <http://www.vidapoescrito.com> (10/04/2016).

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Eduardo Viveiros. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: o que nos faz pensar n. 18, setembro de 2004, 225-254.
- FLACSO. Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. WASELFISZ, Julio Jacobo (Org.). Brasília, 2015. (www.mapadaviolencia.org.br)
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ações afirmativas e princípio constitucional da igualdade (O Direito como Instrumento de Transformação Social. A experiência dos EUA). RJ e SP: Renovar, 2001.
- IBGE. Estatísticas de Gênero. In: Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica. N. 33. RJ, 2014.
- IPEA. Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. MARCONDES, Mariana Mazzini (Org.). Brasília, 2013.
- REIS, Maria Firmina dos. A Escrava. In: Contos do Mar sem Fim: antologia afro-brasileira. RJ: Pallas, 2010, p. 111-126.
- SCHWARCZ, Lilia Mortiz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. SP: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. RJ: Vozes, 2014.
- SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). SP: Companhia das Letras, 2012.
- SOUZA, Neuza Santos. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- WALKER, Alice. “In Search of Our Mothers’ Gardens”. In: Search of Our Mothers’ Gardens: Womanist Prose. EUA, Toronto, Londres: Harvest Book Harcourt, INC, 1983, Pg. 231-243. Trad. Katia Santos.